

# A Gente da Terra

*Jorge Couto*

OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS TRIPULANTES DA armada de Cabral com os habitantes da Terra de Vera Cruz efectuaram-se a 22 de Abril de 1500, quinta-feira. A missão do batel comandado por Nicolau Coelho e enviado a terra pelo capitão-mor para estabelecer contactos com os indígenas que se encontravam na praia foi dificultada pelo barulho ensurdecedor provocado pela rebentação que impediu tentativas mais prolongadas de entendimento. Contudo, ainda houve oportunidade para os marinheiros lusos trocarem com o grupo de 18 a 20 indígenas um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto por *«um sombreiro de penas d'aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio... e um ramal [colar] grande de continhas brancas, miúdas...»*.

Quem eram os homens e mulheres com quem os portugueses apenas se puderam entender através da linguagem gestual e que posteriormente viriam a ser designados por índios? Tratava-se dos tupiniquins, grupo tribal pertencente ao ramo tupi da grande família Tupi-Guarani que será, de acordo com a maioria das teses, originária da Amazónia.

Ao longo do milenar processo de povoamento do Brasil, verificou-se uma progressiva diferenciação linguística e civilizacional entre os descendentes dos primitivos ocupantes. Por volta de 5 000 anos A. P. (Antes do Presente), registou-se um acentuado crescimento demográfico e ocorreram diversos movimentos migratórios que estiveram na origem do aparecimento de grupos populacionais crescentemente individualizados.

Os ameríndios, que se fixaram no espaço brasílico e nas imediações das suas actuais fronteiras, são agrupados, de acordo com critérios linguísticos, do seguinte modo: troncos (Macro-Tupi e Macro-Jê); grandes famílias (Caribe, Aruaque e Arauá); famílias menores

Mapa da distribuição aproximada dos grupos tribais na orla marítima sul americana do Ceára à foz do Rio da Prata.

situadas a norte do Amazonas (Tucano, Macú e Ianomámi) e famílias menores estabelecidas a sul do mesmo rio (Guaicurú, Nambiquára, Txapacúra, Páno, Múra e Catuquína), bem como grupos isolados (Aricapú, Auaquê, Irántche, Jabutí, Canoê, Coiá, Trumai e outras)<sup>1</sup>.

O tronco Macro-Tupi é constituído por sete famílias (Tupi-Guarani, Mundurucu, Juruna, Ariquém, Tupari, Ramarama e Mondé) que se dividem em vários grupos (línguas) e subgrupos (dialectos). Refira-se, a título exemplificativo, que o subgrupo Guajajara pertence ao grupo Teneteára, integrado, por sua vez, na família Tupi-Guarani, um dos sete ramos do Macro-Tupi.

Desde o século XIX que têm sido desenvolvidas diversas tentativas, iniciadas por Carlos Frederico von Martius (Leipzig, 1867), para determinar o centro de dispersão da família Tupi-Guarani. Segundo Alfred Métraux, esse local situava-se na região limitada a norte pelo Amazonas, a sul pelo rio Paraguai, a este pelo rio Tocantins e a oeste pelo rio Madeira<sup>2</sup>. Por seu turno, Aryon Dall'Igna Rodrigues, baseado em elementos linguísticos e no método da glotocronologia, aponta a zona do rio Guaporé (alto Madeira) como centro de difusão dos falantes do tronco Macro-Tupi há 5 000 anos A.P., sugerindo que a separação da família Tupi-Guarani ocorreu ao redor de 2500 anos A.P.<sup>3</sup>

Apoiados na análise comparativa das características da cerâmica amazónica e tupi-guarani e em estudos de natureza linguística, diversos antropólogos e arqueólogos (Evans, Meggers, Lathrap) defendem que o centro de diferenciação do tronco Macro-Tupi deve ser procurado na Amazónia. O último autor considera acertado localizar «a zona de origem da comunidade de idiomas prototupi-guarani na margem sul do Amazonas, um pouco abaixo da confluência do rio Madeira» (há cerca de 5000



anos A.P.), apontando a foz do Amazonas como área de dispersão, ao redor de 2500 anos A.P., dos falantes da «protolíngua tupi-guarani propriamente dita»<sup>4</sup>.

Uma tese datada de 1982 e baseada nos métodos da glotocronologia sugere que o tronco Macro-Tupi teve a sua origem, por volta de 5000 anos A.P., na região situada entre os rios Jíparaná e Aripuanã, tributários da margem direita do rio Madeira, um dos afluentes do baixo Amazonas.

Os recursos alimentares fornecidos pela borda meridional amazónica – zona de florestas entrecortadas de cerrados – terão possibi-

litado aos grupos de caçadores-recolectores do tronco Macro-Tupi, no período compreendido entre 4 a 2000 anos A.P., um importante acréscimo da densidade populacional que esteve na origem de um primeiro movimento de expansão geográfica e de diferenciação linguística que os conduziu a leste até ao alto Xingu, a oeste ao alto Madeira e a sul ao rio Guaporé, processo de que resultou a formação das sete famílias deste tronco e, conseqüentemente, a individualização dos tupiguaranis. Nesta fase, é altamente provável que tenham adquirido e desenvolvido as técnicas da domesticação de plantas, da fabricação de cerâmica, da confecção da rede-de-dormir e da navegação fluvial.

Por volta do início da Era Cristã, o crescimento demográfico e os efeitos de um persistente surto de seca que afectava, desde cerca de 3000 anos A.P., a floresta equatorial amazónica, bem como a generalidade do território brasílico, provavelmente obrigaram os tupiguaranis a buscar novos nichos ecológicos que proporcionassem condições de subsistência adequadas a horticultores da floresta tropical e ceramistas: zonas de mata situadas na proximidade de cursos de água navegáveis; áreas pouco acidentadas, húmidas, pluviosas e quentes ou, no mínimo, temperadas. Pelo contrário, as regiões semi-áridas, montanhosas ou frias nunca despertaram o seu interesse.

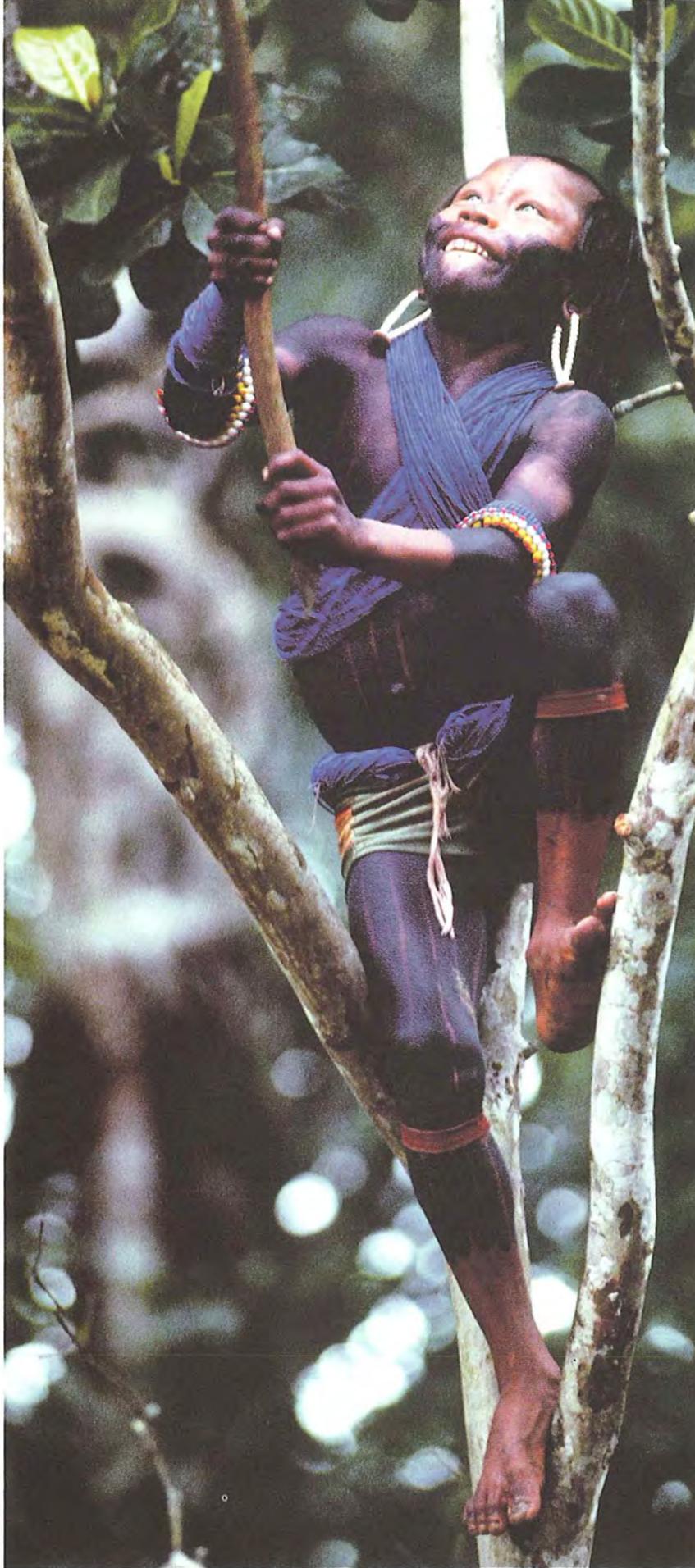
As migrações destas populações levaram-nas a ocupar sobretudo a vizinhança das terras banhadas pelos mais importantes rios e a progredir para sul, alcançando, pelo interior, há cerca de 1 800 anos, os férteis vales do Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como dos seus afluentes. A partir dessa área, irradiaram, posteriormente, para leste, ocupando paulatinamente a orla marítima compreendida entre o Rio Grande do Sul e o Ceará<sup>5</sup>.

Das importantes movimentações empreendidas pelos tupi-guaranis no decurso da

presente Era resultou, por volta dos séculos VIII-IX, a sua separação em dois grupos linguísticos distintos: o tupi («*pai supremo, tronco da geração*») e o guarani («guerra»). O primeiro abrange as populações que se instalaram ao longo da maior parte da região costeira tropical; o segundo engloba os grupos que estabeleceram o seu habitat na área subtropical – Mato Grosso do Sul, região meridional do Brasil, Paraguai, Uruguai e nordeste da Argentina – após expulsarem os seus primitivos ocupantes, povos exclusivamente caçadores-recolectores pré-cerâmicos, tecnologicamente inferiores e criadores de indústrias líticas designadas por «Tradição Humaitá»<sup>6</sup>.

Os prototupis apropriaram-se das terras mais quentes da faixa atlântica, dedicando-se à cultura da mandioca amarga, enquanto os protoguaranis colonizaram as terras temperadas, especializando-se no cultivo do milho<sup>7</sup>. O processo de diferenciação dos tupiguaranis repercutiu-se, também, nas tradições cerâmicas, tendo os tupis desenvolvido a «subtradição pintada» e os guaranis a «subtradição corrugada».

Uma proposta de reconstrução das migrações tupi-guaranis – elaborada a partir dos resultados de investigações linguísticas, etnográficas e arqueológicas – adianta que a separação entre os prototupis e os protoguaranis se terá verificado, há cerca de 2500 anos A.P., numa área situada entre a foz do rio Madeira e a ilha de Marajó. Uma forte pressão demográfica teria impelido os protoguaranis para sul, através dos cursos dos rios Madeira e Guaporé, chegando, por volta do início da presente Era, ao sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai. Os prototupis, por seu turno, estabelecidos na bacia amazónica, ter-se-iam fragmentado em vários subgrupos que, entre os séculos VI-XI, ocuparam paulatinamente o litoral até às proximidades do Trópico de Capricór-



nio, onde depararam com os guaranis. Iniciaram, então, a penetração no planalto meridional, estabelecendo-se a fronteira entre os dois grupos linguísticos ao sul do curso do Tietê<sup>8</sup>.

O modelo explicativo mais recente sobre a origem e dispersão do tronco Macro-Tupi – que utiliza o método da reconstrução desenvolvido na linguística comparativa para determinar as relações genéticas entre as línguas e, desse modo, elaborar as respectivas árvores genealógicas – defende a hipótese de que este tronco linguístico teve o seu berço algures na região delimitada pelos afluentes orientais do Madeira e as cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, em áreas de altitudes da ordem dos 200 a 1000 metros e, em média, acima dos 500 metros, eventualmente o chapadão dos Parecis. No período compreendido entre 5 a 3000 anos A.P., ter-se-á iniciado o processo de dispersão dessas populações, numa área localizada aproximadamente entre as nascentes dos rios Madeira e Xingu, de que resultou a individualização das sete famílias do tronco Macro-Tupi, entre as quais assumiu posição de relevo a Tupi-Guarani.

Há cerca de 2 a 3000 anos atrás, ter-se-á verificado a primeira grande movimentação expansionista da família Tupi-Guarani, que provocou a migração dos Cocama e dos Omágua para norte, rumo à região amazónica, dos Guaiáqui para sul, em direcção ao Paraguai e dos Xirionó para sudoeste, onde penetraram em território actualmente pertencente à Bolívia. Seguidamente eclodiu a fase de separação do núcleo central, que levou os Pauserna e os Cauaib para oeste, os Oiampi para as Guianas, os Caiabi e os Camaiurá para o curso do Xingu, os Tapirapé e os Teneteára para as imediações da foz do Amazonas e os Xetá para o extremo sul do Brasil. Depois do ano 1000 da nossa Era, ter-se-á verificado a última cisão da família Tupi-Guarani, dando origem aos grupos Tupi e Guarani<sup>9</sup>.

Quando os tripulantes da armada de Cabral desembarcaram na Terra de Santa Cruz, os tupis e os guaranis efectuavam denodados esforços para completar a conquista do litoral. Os seculares conflitos que se verificaram entre os vários grupos indígenas pela posse da faixa costeira foram provocados pela imperiosa necessidade de procurar dominar um nicho ecológico que fornecia alimentos abundantes, designadamente peixe, tartarugas, moluscos, crustáceos e sal, imprescindíveis para a dieta aborígine, sobretudo se se atender ao facto de que os recursos cinegéticos eram insuficientes para fornecer a quantidade de proteínas indispensável à sua conveniente nutrição.

A ambição de uma comunidade ameríndia em exercer o domínio sobre uma região favorecida teria de se traduzir na conquista de uma parte da várzea amazónica ou da orla marítima. Naturalmente, ganhavam a disputa os grupos tribais mais coesos, numerosos e tecnologicamente melhor apetrechados.

Em 1500, os tupis ocupavam a mais significativa parcela da zona costeira compreendida entre o Ceará e a Cananeia (São Paulo) e os guaranis, estabelecidos exclusivamente a sul do Trópico de Capricórnio, dominavam a faixa litorânea situada entre a ilha da Cananeia e a lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul), além de importantes regiões no interior desse espaço.

A reconstituição da distribuição espacial dos grupos tribais aborígenes ao longo do litoral brasileiro, no final do século XV – início do século XVI, apresenta-se como uma tarefa problemática devido à escassez de elementos de origem indígena, à imprecisão dos testemunhos dos autores quinhentistas e à mobilidade das áreas fronteiriças decorrente do estado de guerra endémica existente entre os diferentes grupos autóctones. Conjugando as informa-

ções fornecidas por várias fontes é, contudo, possível traçar um quadro geral aproximativo das diversas «nações» ameríndias que controlavam a costa e os sertões adjacentes nos primórdios de Quinhentos.

A orla marítima era ocupada, no sentido norte-sul, pelos seguintes grupos tribais: os aruaques habitavam o Norte desde a foz do Oiapoque (Amapá) até à costa paraense, incluindo o delta amazónico e as respectivas ilhas, designadamente a de Marajó (território do grupo aruã, «pacífico»)<sup>10</sup>; os tremembés («alagadiço»), pertencentes à família Cariri e ao tronco Macro-Jê, por seu lado, estavam sobretudo fixados no Meio-Norte (Maranhão-Piauí), estendendo-se a sua área de influência das desembocaduras dos rios Gurupi (no limite sul do Pará) ao Camocim ou ao Mucuripe (Ceará)<sup>11</sup>.

A partir, grosso modo, da foz do rio Jaguaribe (Ceará) entrava-se em território maioritariamente tupi: os potiguaras («comedor de camarão») dominavam a zona costeira localizada entre aquele rio e o Paraíba; os tabajaras («senhor da aldeia») viviam no litoral situado entre o estuário deste curso de água e Itamaracá e os caetés («mata verdadeira») predominavam no trecho de costa compreendido entre este marco geográfico e a margem norte do rio de São Francisco (Alagoas).

Nos sertões nordestinos (Serras da Borborema, dos Cariris Velhos e dos Cariris Novos e vales do Acarajú, do Jaguaribe, do Açú, do Apodi e do baixo São Francisco) refugiaram-se os cariris («silencioso»), pertencentes ao tronco Macro-Jê, após terem sido expulsos do litoral pelos tupis. Numa parcela do interior cearense (sobretudo na serra de Ibiapaba), do Rio Grande do Norte e da Paraíba imperavam os tabajaras.

Os tupinambás («descendentes dos tupis») ocupavam a costa desde a margem direita do





© RUI M. FERREIRA

São Francisco até à zona norte de Ilhéus, depois de terem vencido os seus anteriores habitantes; no entanto, a sua divisão em dois grupos rivais – o primeiro abarcando a área enquadrada pelos rios de São Francisco e Real (Sergipe) e o segundo senhoreando o litoral desde aí até ao Camamu – deu origem a um estado de guerra permanente. Por outro lado, os moradores da região onde veio a ser edificada a vila do Pereira e, posteriormente, a cidade do Salvador eram inimigos dos habitantes das ilhas de Itaparica e Tinharé e da costa norte de Ilhéus, situação que provocava acesos combates entre aqueles bandos.

Nos sertões baianos fixaram-se os tapuia, os tupina e os amoipira («os da outra banda do rio»), um ramo segregado dos tupinambás, após terem sido derrotados em sucessivas guerras quer entre si, quer com os tupinambás. Aí viviam, também, os ibirajara («senhor do

pau»), pertencentes ao grupo Caiapó da família Jê.

Do estuário do Camamu (a norte de Ilhéus) até ao do Cricaré ou São Mateus (Espírito Santo), as zonas litorâneas pertenciam aos tupiniquins («colaterais dos tupis») que, contudo, se debatiam com as duras investidas dos aimorés (vocábulo tupi que designa uma espécie de macacos), pertencentes à família Boto-cudo (Macro-Jê), que lhes disputavam o território. Nos sertões de Porto Seguro e do Espírito Santo viviam os papanás, que foram forçados a abandonar o litoral devido aos ataques dos tupiniquins e dos aimorés. Os goitacás («nómadas») provinham do tronco Macro-Jê e viviam no trecho de costa compreendido entre o rio Cricaré e o cabo de São Tomé, ocupando também o interior dessa região.

A área costeira fluminense delimitada pelo cabo de São Tomé e Angra dos Reis era con-

trolada pelos tamoios («avô») – outro ramo dos tupinambás – que dispunham, ainda, de algumas povoações mais a sul: Ariró, Mambucaba, Taquaraçu-Tiba, Ticoaripe e Ubatuba. Todavia, ainda restavam nessa área alguns núcleos de temiminós («netos do homem»), designadamente na ilha de Paranapuã ou dos Maracajás (actual ilha do Governador, na baía da Guanabara), que resistiam às constantes investidas dos seus implacáveis inimigos.

O domínio do litoral paulista localizado entre Caraguatatuba e Iguape-ilha Comprida pertencia aos tupiniquins que também viviam numa parcela do sertão. Os guaianás («gente aparentada») predominavam na zona de matas de pinheiro, a 300 metros de altitude, e na área de planalto correspondente à faixa que se estende de Angra dos Reis à Cananeia. Pertenciam à família Jê, devendo ser considerados antepassados dos actuais Caingangues.

A partir da Cananeia entrava-se no espaço dos guaranis e dos autóctones por eles assimilados ou «guaranizados» – conhecidos por diversas designações locais, nomeadamente carijós, tapes, patos e arachãs – que se estendia até à lagoa dos Patos, numa extensão de cerca de 80 léguas de costa. Estes tinham como vizinhos e adversários populações pertencentes aos grupos pampeanos: os charruas, no sudoeste, fixados em ambas as margens do rio Uruguai e respectivos afluentes, e os minuanos, no sudeste, que detinham a posse do trecho de costa que se iniciava na lagoa dos Patos e alcançava o estuário platino (nas imediações do local onde, no século XVIII, viria a ser edificada a cidade de Montevideu).

No decurso da longa luta pelo domínio do litoral, os tupi-guaranis – melhor organizados, mais bem armados, dispendo das técnicas da agricultura de coivara e da cerâmica, bem como da construção de habitações, estruturas

defensivas e canoas – derrotaram e expulsaram as populações que habitavam o litoral. Estas foram apodadas de tapuias, vocábulo tupi que significa os «*outros ou selvagens*» e que era utilizado depreciativamente pelos vencedores com o sentido de «*inimigos bárbaros*». Esta denominação foi atribuída aos membros de todos os outros troncos linguísticos – sobretudo Jê – que ainda não tinham atingido o seu estágio civilizacional.

Quando entraram em contacto com os portugueses, os tupis transmitiram-lhes o seu menosprezo pelos povos jês, tendo aqueles perfilhado idêntica posição e adoptado, inclusivamente, a expressão tapuia para designar todas as populações não pertencentes à família Tupi-Guarani. Os tapuias correspondiam, pois, na generalidade dos casos, às populações jês.

Os autores quinhentistas tinham clara consciência de que – anteriormente à chegada dos portugueses ao Brasil e até já depois do início da colonização – os grupos tribais do ramo tupi, constituídos por sociedades de horticultores-caçadores-recolectores-pescadores, tinham derrotado e expulsado de grande parte do litoral brasílico os seus primitivos ocupantes, na sua maioria comunidades de caçadores-recolectores pertencentes ao tronco Macro-Jê, instalando-se nesses territórios.

Estas sociedades caracterizavam-se pela prática de uma horticultura de raízes, pela importância vital da caça e da pesca, pela mudança periódica dos povoados, pela menor densidade populacional comparativamente com as sociedades de agricultura sedentária, bem como pela inexistência, na generalidade dos casos, de diferenciações sociais significativas, de tipos coercivos de organização do poder, do pagamento de tributos ou de formas institucionalizadas de religião.

As populações que desenvolveram este modelo civilizacional estavam estabelecidas em largas faixas do leste da América do Norte, no norte do México, em algumas zonas da Colômbia e do Chile, nas ilhas ocupadas pelos Caribes e em grande parte da América do Sul, da Venezuela ao Paraguai.

No litoral sul-americano – da costa caribenha da Colômbia até ligeiramente a sul do estuário platino (Argentina) – predominavam as sociedades semi-sedentárias, ou seja, comunidades de horticultores-caçadores-recolectores-pescadores que baseavam o seu modo de subsistência no cultivo intensivo de raízes, sem recurso à utilização do arado ou de adubos que são característicos da agricultura sedentária, na caça, na pesca, na colecta de animais, vegetais e matérias-primas, adoptando um padrão cultural que é chamado de «cultura da floresta tropical». A generalidade dos grupos tribais da floresta tropical especializou-se na horticultura de raízes ou agricultura de coivara («*ramos secos que ficam nas terras depois de roçadas*») caracterizada pelo cultivo através de mudas e não por sementeira.

Na escolha das terras destinadas ao cultivo davam preferência aos solos argilosos e a áreas com declives, de modo a permitir a drenagem da água e a evitar o apodrecimento das raízes.

As tarefas de preparação da mata para o cultivo exigiam grande esforço. Na época da estiagem, efectuava-se a limpeza preliminar, recorrendo-se a machados de pedra para cortar os arbustos. A etapa seguinte – passados dois meses para secar a lenha – consistia na queimada, geralmente em forma de círculo, fazendo fogueiras em torno das grandes árvores. Esta etapa ocorria antes das primeiras chuvas. Seguidamente empregavam-se «bastões de cavar» (paus pontiagudos) para rasgar o solo e cavavam-se buracos, onde eram enterradas as mudas, recobrimo-os de terra.

A área desmatada era dividida em parcelas distribuídas pelas famílias nucleares e cultivada, em média, durante 3 a 4 anos, sendo abandonada ao fim desse tempo. Deixava-se à natureza a tarefa de regenerar a cobertura vegetal destruída (processo que demorava entre 20 e 100 anos), repetindo-se o mesmo procedimento noutra trecho da floresta.

As espécies cultivadas variavam conforme as condições ecológicas. Os Tupis, que habitavam na faixa tropical, optaram pela mandioca, os Guaranis, que colonizaram as terras subtropicais, preferiram o milho e, nas regiões de planalto, os Jês cultivavam o amendoim. Além destes alimentos básicos, plantavam feijão, batata-doce, cará (inhame), jerimum (abóbora) e cumari (pimenta). Entre as plantas não alimentares destacavam-se a purunga (cabaça), o jenipapo e o urucu (corantes), o algodão e o tabaco.

A caça era mais abundante e diversificada nas proximidades de rios e lagoas – devido à abundância de alimentos – do que nas matas afastadas de cursos de água, relativamente pobres, pelo que os Ameríndios caçavam, nas zonas mais ricas, uma grande variedade de animais, nomeadamente antas, pacas, capivaras, cutias, caititus, queixadas, veados, preguiças, tamanduás, tatus, além de onças, macacos, aves e répteis.

Entre os métodos de caça utilizados figurava o *mutá*, posto de observação construído em árvores altas, até cerca de 15 metros do solo, onde se instalavam os caçadores, aguardando a passagem dos animais para os atingir com flechas. Outra das técnicas empregues era o *mundéu*, armadilha que consistia em covas escavadas nos trilhos, recobertas de ramos e folhas ou numa estacada de pau a pique, com uma só entrada dotada de um dispositivo que se fechava quando a presa lá entrava. Destinava-se a capturar as espécies

de maior porte, designadamente a onça-pintada. Recorriam, ainda, à caça com laço e à utilização do fogo para forçar os animais a sair das tocas.

Os aborígenes procuravam atrair a benevolência dos seres sobrenaturais, com o objetivo de garantir o sucesso da caçada. Utilizavam práticas mágicas como, por exemplo, esfregar o corpo com determinados vegetais ou ingerir infusões adequadas ao tipo de fauna que pretendiam abater.

Os guerreiros tupis apreciavam sobremaneira a ingestão da carne de espécies velozes, pois acreditavam que ao comê-la absorveriam a agilidade do animal abatido, rejeitando incluir na sua alimentação carne de espécies lentas.

Quando habitavam na faixa costeira ou nas margens dos rios e lagoas, os Ameríndios preferiam as actividades piscatórias que lhes davam abundantes e concentradas quantidades de peixe, moluscos e crustáceos, obtidas com menor dispêndio de energia e em menos tempo do que os exigidos pela caça.

Os Tupis tinham predilecção pelo *parati* (tainha), que desova nos rios no mês de Agosto, época que aproveitavam para o capturar em grandes quantidades. Pescavam numerosas espécies de água salgada e doce e abatiam baleias e tubarões quando estes penetravam nos rios ou encalhavam na costa.

Desenvolveram várias técnicas de pesca, que se revestiam de carácter essencialmente colectivo. Uma das mais eficientes consistia em utilizar venenos vegetais, nomeadamente o *timbó*, que atordoa e asfixia os peixes, solução que se transformou num hábito cultural profundamente arraigado nas populações indígenas da América do Sul. A eficácia deste método é atestada por um testemunho quinzentista que informa que numa única ope-

ração desse tipo eram «*apanhados mais de doze mil peixes grandes*».

Uma variante mais complexa assentava na organização de pescarias nocturnas, atraindo os cardumes com archotes de facheiro, atordando-os, em seguida, com essas plantas.

Outra das técnicas consistia na construção de armadilhas nos *perequês* («estuário onde os peixes se reúnem para a desova»). Na época da *piracema*, em que os grandes cardumes migratórios penetravam nos rios, vedavam o *pirai-quê* («entrada do peixe»), local de confluência das águas doce e salgada e edificavam, com varas e esteiras, na altura da maré vazante, um *pari* (barragem com 3 metros de altura e 40 de comprimento). Cercavam o peixe, que era obrigado a vir à tona pela acção dos venenos, sendo, então, capturado em larga escala.

Individualmente, os Tupis pescavam nas margens dos rios de águas claras e à beira-mar, utilizando arco e flechas, algumas das quais com ponta de osso, e a pindaíba («vara de pescar»).

Utilizavam matérias-primas vegetais na confecção de cordões, cordas, fios, espremedores de polpa de mandioca (*tipiti*), peneiras, abanadores de fogo, esteiras, diversos tipos de ces

Usavam os frutos da purunga que, depois de secos, serviam para o fabrico de *cuias* (cabaças) e de *maracás* (objectos mágico-religiosos). Seleccionaram variedades de algodão sul-americanas para a confecção da rede-de-dormir, difundido o seu uso em todas as regiões por onde se expandiram.

A cerâmica desempenhou um papel essencial na evolução civilizacional dos grupos indígenas, permitindo-lhes a preparação e conservação de alimentos. Dominavam a técnica da manufactura (com cozedura efectuada a céu aberto, sendo os objectos colocados directamente sobre a fogueira). A cerâmica

Tupi-guarani caracterizava-se pela técnica do alisado simples e pela pintura policroma com linhas vermelhas e pretas sobre fundo branco. Entre os utensílios produzidos destacavam-se as grandes *igaçabas* (potes).

Escolhiam madeiras leves para a feitura de jangadas e canoas. Algumas destas eram de grandes dimensões (mais de 30 metros), sendo escavadas em troncos de árvore.

Recorriam sobretudo ao ipê para fazer arcos, confeccionando as cordas com fibras vegetais longas de folhas de tucum ou casca de embaúba. Para as flechas usavam normalmente ubá, sendo as pontas feitas de taquara (uma espécie de bambu), osso ou dentes aguçados (preferencialmente de tubarão) e o tacape (semelhante a uma clava ou maça) com madeira dura de jucá.

Com o objectivo de tornar comestível a raiz da mandioca amarga, os Tupis sujeitavam-na a um complexo tratamento destinado a eliminar o ácido cianídrico. A polpa era espremida no tipiti (prensa destinada a extrair a água que continha a substância venenosa), amassada e, depois, assada ou torrada em grandes recipientes circulares de barro.

A mandioca doce (aipim) era normalmente comida depois de descascada e assada directamente nas brasas. Os Guaranis preferiam o milho, ingerindo-o cozido ou assado, procedendo também à secagem do grão maduro e inteiro.

Comiam normalmente peixe fresco, depois de fervido em água. No entanto, podiam também consumi-lo moqueado, ou seja, cozinhado numa grelha confeccionada com varas de madeira verde (moquéim). A carne era geralmente grelhada, constituindo excepção a da anta que era cozida. Misturavam sal com pimenta e tomavam uma pitada dessa massa (juquirai) sempre que ingeriam uma porção de alimento.



Confeccionavam uma bebida – o cauim – a partir do aipim, do milho, da batata-doce, de seiva de palmeiras e de frutas (ananás e caju). Esta tarefa era cometida às moças que, após a cozedura da matéria-prima, mastigavam-na, desencadeando, através da saliva, o processo de fermentação. Apresentava um aspecto turvo e espesso como borra, sendo consumida morna.

Da dieta alimentar tupi-guarani faziam, ainda, parte frutos silvestres como maracujá, jabuticaba, araçá, cajá e mangaba, além de mel, ovos de pássaros, larvas, gafanhotos, abelhas e formigas.

Nas sociedades ameríndias da floresta tropical, em que imperava a nudez, o corpo era interpretado como uma marca sendo, por conseguinte, objecto de uma particular atenção.

As pinturas protegiam dos raios solares e das picadas dos insectos. Além disso, a ornamentação corporal possuía uma linguagem simbólica, sendo certos padrões específicos do género e de grupos de idade, facto que revelava o estatuto do seu detentor. Acrescentavam, assim, uma segunda «pele» ao indivíduo: a social, que se sobrepunha à biológica. Os corantes mais usados eram o jenipapo (azul escuro que, com a exposição ao sol, se torna preto) e o urucu (vermelho).

Como o corpo humano era o lugar privilegiado para inscrições, os guerreiros eram escarificados no peito, nos braços, nas coxas e na barriga das pernas, marcas visíveis da sua valentia na guerra e na execução ritual de prisioneiros.

A arte plumária constituía a mais importante expressão artística das populações da floresta tropical, tendo funções míticas, estéticas e rituais e contribuindo para a personificação do corpo. Os guerreiros prestavam particular atenção aos adornos plumários (diademas, coroas, toucados e coifas), cujos pássaros doadores (papagaios, araras, tucanos, canindés, etc.) e respectivas cores continham importantes cargas simbólicas. Os grandes chefes usavam, por vezes, mantos de penas, sendo conhecidos os de guará (íbis rubra).

As sociedades indígenas da floresta tropical adoptaram normalmente padrões de estabelecimento modestos, construindo núcleos pequenos e dispersos.

A *taba* («aldeia») tinha em geral entre 4 e 8 ocas e 30 a 60 famílias nucleares. Nos aglomerados costeiros residiam, em média, 600 a 700 indivíduos, havendo, no entanto, variações regionais e tribais. Algumas dispunham de estruturas defensivas: as *caïçaras* («paliçadas»).

A *oca* («morada actual»), grande casa comunitária, era edificada em círculo, disposta à volta de um terreiro, a algumas dezes-

nas de metros das vizinhas, abrigando uma família extensa. Aí viviam, em média, entre 85 a 140 pessoas.

Os padrões de fixação eram condicionados pelas condições de subsistência. Uma vez que a permanência das populações num local era temporária (cerca de 3 a 4 anos), a precariedade da instalação determinava, naturalmente, o tipo de materiais utilizados na edificação das habitações: madeira, cipós e folhas de árvore para as coberturas.

Os Tupis construía estruturas habitacionais elípticas ou rectangulares, sendo as ligações entre os troncos feitas com trançados de embira. Dispunham de 3 pequenas aberturas, sendo duas localizadas nas extremidades e uma no centro que dava para o terreiro. O comprimento variava entre 40 metros para as menores e mais de 160 para as maiores, oscilando a largura entre os 10 a 16 metros.

Nas sociedades ameríndias vigorava a divisão sexual do trabalho. Os homens executavam tarefas que implicavam esforço intenso, bem como actividades arriscadas. Às mulheres competiam os trabalhos produtivos, de recollecção, domésticos e de apoio nas expedições guerreiras terrestres ou marítimas.

As bases da organização das comunidades ameríndias assentavam na família extensa, constituída por várias famílias nucleares que estavam ligadas entre si por laços de parentesco. Encontravam-se subordinados ao patriarca da oca: o principal.

Verificava-se a existência da poligamia. No entanto, somente um reduzido número de indivíduos (o chefe, o feiticeiro e os grandes guerreiros) possuía várias mulheres, constituindo o seu número sinal de prestígio.

O casamento avuncular, ou seja, do tio materno com a sobrinha, era a modalidade preferida pelos Tupis, sendo também comum entre primos cruzados.

A regra residencial mais difundida era a da patrilocidade (a esposa ia viver na oca do marido ou do sogro), favorecendo, assim, a forma patrilinear de descendência.

Estas sociedades desenvolveram uma estrutura social com um reduzido grau de diferenciação, tendo, todavia, gerado alguns tipos de hierarquias. Verificava-se a existência de acentuadas tendências comunitárias e de fortes laços de solidariedade.

Os Tupi-guaranis adoptaram como forma de organização dominante o grupo local (correspondente a uma taba), que se situava numa posição intermédia entre a menor unidade vicinal (a oca) e o agrupamento territorial mais abrangente (o grupo tribal).

Uma das características essenciais das sociedades tupis residia na falta de poder dos morubixabas («chefes»), bem como na inexistência de métodos coercivos. Os líderes desempenhavam as suas funções com base na persuasão, não podendo recorrer à ameaça do uso da força.

Para o exercício da função de morubixaba exigiam-se diversos requisitos entre os quais se contavam a valentia, a ponderação, a generosidade, a posse de dotes oratórios («senhor da fala»), a pertença a uma parentela poderosa e a aceitação favorável junto dos guerreiros da aldeia. As atribuições dos chefes eram muito reduzidas em tempo de paz, ganhando maior relevo em período de guerra.

A instituição política básica era o «conselho dos chefes», formado pelo morubixaba, pajé, chefes dasocas e guerreiros prestigiados. Este órgão, frequentemente designado por «roda de fumadores», tomava as decisões mais importantes referentes à taba: mudança de local de residência, organização de expedições guerreiras, definição da rede de alianças e fixação da data para a execução ritual dos prisioneiros.

Nas sociedades tupi-guaranis, o complexo guerra-vingança-antropofagia desempenhava papel central, sendo a guerra a sua instituição fundamental.

As decisões sobre a realização de expedições guerreiras destinadas a conquistar habitats privilegiados, superar tensões internas ou capturar inimigos eram alvo de cuidada ponderação.

Os atacantes percorriam grandes distâncias por terra, rio ou mar até encontrar uma taba inimiga. Escolhiam normalmente a lua cheia para efectuar o último trecho do percurso ao luar, desencadeando a investida ao alvorecer.

Recorriam a diversos métodos para forçar os defensores a abandonar as paliçadas. Um deles consistia em atar mechas incendiárias (feitas de algodão embebido em cera) às flechas que eram disparadas contra as coberturas dasocas. Outra tática consistia em acender fogueiras onde lançavam pimenta, formando nuvens de gases tóxicos.

Nos combates só podiam participar os homens pertencentes ao grupo Ava (a partir dos 25 anos). Primeiro disparavam nuvens de flechas e, seguidamente, atacavam com grande algazarra, batendo com os pés e tocando buzinas ou instrumentos confeccionados com ossos humanos (braços e tíbias), tanto para excitar o ânimo dos atacantes como para amedrontar os defensores. Na luta corpo a corpo utilizavam sobretudo o tacape, arma com que procuravam esmagar o crânio do inimigo.

A antropofagia era uma prática corrente entre os Ameríndios, designadamente entre os Tupi-guaranis.

O cativo desempenhava um papel primordial nas relações inter-aldeias, devendo ser exibido nas povoações vizinhas. Geralmente as tabas aliadas eram convidadas a par-

Cena de canibalismo ritual em *Wahrafftige Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nusas e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.

ticipar no banquete canibal, transformando-o numa manifestação colectiva que consolidava as alianças.

Na data apazada dava-se início à *cauinagem*, que geralmente durava três dias, acompanhada de cantos e danças. Este acto festivo antecedia o ritual antropofágico.

Ao alvorecer do dia escolhido, o prisioneiro era lavado, enfeitado e amarrado pela cintura com a *mussurana* (corda grossa de algodão), sendo seguidamente conduzido ao centro do terreiro, onde se encontravam reunidos os convivas.

Chegado o executor, profusamente enfeitado, recebia cerimonialmente o *ibirapema* (tacape cerimonial) com o qual iniciava uma dança junto do cativo, imitando as evoluções de uma ave de rapina. Terminada a gesticulação, o algóz e a vítima travavam um curto diálogo, findo o qual o executor esmagava o crânio do inimigo.

Abatido o prisioneiro, escaldavam-no para lhe retirar a pele e esquartejavam-no. Algumas partes do corpo (braços e pernas) eram moqueadas, sendo as vísceras aproveitadas para fazer um cozinhado. Existiam regras para



a distribuição do corpo da vítima, que era integralmente aproveitado.

A visão cosmológica dos Tupi-guaranis não atribuía a formação do Universo a um ser supremo, concebendo, antes, esse processo como resultante de sucessivas acções parciais e incompletas.

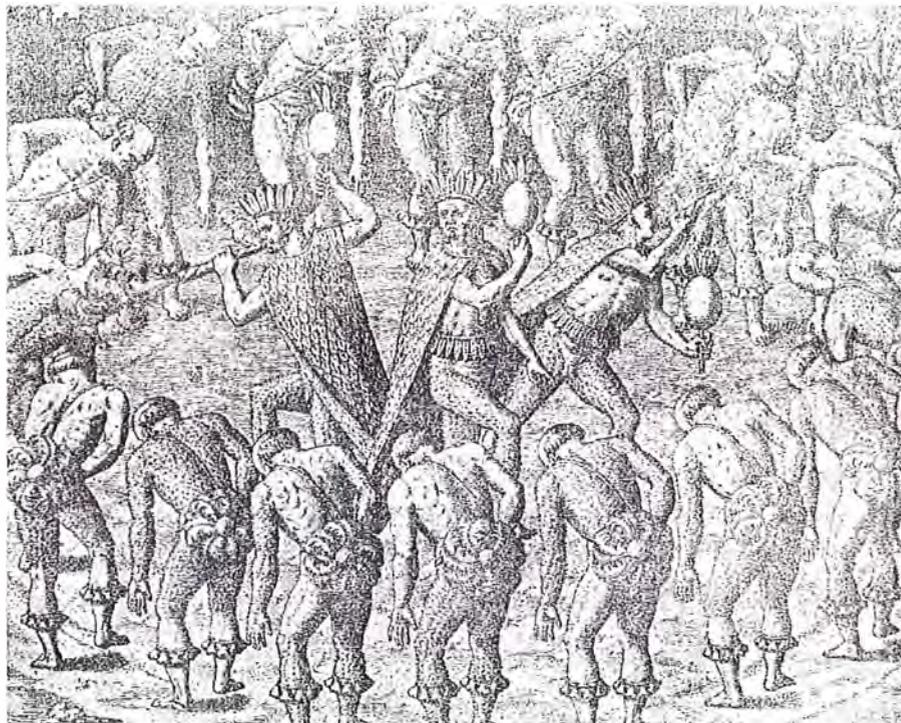
As actividades criadoras de *Monan* e *Maír* teriam sido prosseguidas por *heróis-civilizados* – poderosos pajés e ancestrais míticos detentores de poderes transformadores especiais – transmissores de técnicas, ritos e regras sociais que permitiram aos homens ultrapassar o estado de bestialidade. Entre estes destacava-se *Sumé*, a quem era atribuída a instituição da agricultura de coivara e da organização social. Outra personagem mitológica importante era *Tupã*, associado ao raio e ao trovão.

Davam particular ênfase aos mitos cósmicos de sucessivas destruições do Mundo, pelo fogo ou pela água, conhecendo-se diversas versões do dilúvio.

Acreditavam na possibilidade de uma parcela do ser encontrar, após a morte, o *Guajupirá* («aldeia das almas»), situado para além das altas montanhas.

Um papel fulcral era desempenhado pelos homens que desempenhavam funções mágico-religiosas. Os *pajés*, munidos do *maracá* (cabaça decorada que imitava o rosto humano, atravessada por uma vareta, com sementes ou pedras que serviam de chocalho, funcionando como receptáculos das vozes dos espíritos e reproduzindo-as através do seu ruído), tratavam os doentes com ervas medicinais e com encantamentos, nomeadamente através do bafejo com tabaco, para afastar os espíritos. Efectuavam, também, profecias, recorrendo ao transe induzido pela intoxicação com tabaco.

<sup>1</sup> Cf. Aryon Dall'Ígna Rodrigues, *Línguas Brasileiras. Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*, São Paulo, 1987, pp. 41-98.



Dança Ritual com pagés ao centro, agitando maracás e fumando tabaco. Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*, La Rochelle, 1578.

<sup>2</sup> Cf. Alfred Métraux, *La Civilisation Matérielle des tribus Tupi-Guarani*, Paris, 1928, p. 312.

<sup>3</sup> Cf. Aryon Dall'Ígna Rodrigues, «A Classificação do Tronco Linguístico Tupi», *Revista de Antropologia* (São Paulo), 12 (1964), pp. 103-104.

<sup>4</sup> Donald W. Lathrap, *O Alto Amazonas*, trad. port., Lisboa, 1975, pp. 81-84.

<sup>5</sup> Cf. Ernest C. Migliazza, «Linguistic Prehistory and the Refuge Model in Amazonia», *Biological Diversification in the Tropics*, ed. de G. T. Prance, Nova Iorque, 1982, pp. 497-519.

<sup>6</sup> Cf. Arno Alvarez Kern, «Les Groupes Préhistoriques de la région Sud-brésilienne et les changements des páleo-millieux: une analyse diachronique», *Revista de Arqueologia Americana* (Cidade do México), 4 (1991), pp. 101-121.

<sup>7</sup> Cf. Pedro Ignácio Schmitz, «Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani», *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, pp. 301-302.

<sup>8</sup> Cf. José Proenza Brochado, «A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica», *Dédalo* (São Paulo), 27 (1989), pp. 65-82.

<sup>9</sup> Cf. Greg Urban, «A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas», *História dos Índios no Brasil*, dir. de Manuela Carneiro da Cunha, São Paulo, 1992, pp. 92-100.

<sup>10</sup> Cf. Estêvão Pinto, *Os Índigenas do Nordeste*, vol. I, São Paulo, 1935, pp. 115-117.

<sup>11</sup> Cf. *Idem, ibidem*, pp. 136-137.